

## **COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

### **REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

(Deputado Jhonatan de Jesus)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Fazenda para prestar esclarecimentos sobre a privatização da Eletrobrás.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, I e § 1º do Regimento Interno, a convocação do Sr. Henrique Meirelles, Ministro de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre o anunciado processo de privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobrás.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Desde a sua criação, há mais de cinquenta e cinco anos, a Eletrobrás recebeu a atribuição de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do país.

Durante todo esse tempo, a Eletrobrás contribuiu decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e o desenvolvimento do país.

É certo que, nos últimos anos, em função de decisões políticas equivocadas, no tocante à gestão do setor energético do país, a empresa passou a viver uma crise, com escassez de recursos e déficits crônicos em muitas de suas subsidiárias, que não têm capital suficiente para honrar seus compromissos

e executar as planejadas obras de expansão e melhoria do abastecimento de energia elétrica em suas regiões de atuação.

Entretanto, de uma hora para outra, o país foi colhido de surpresa pela decisão governamental de privatizar a Eletrobrás, sem sequer ter iniciado um ciclo de negociações e debates políticos sobre a matéria, antes de tomar uma decisão final sobre o assunto.

Creamos que, numa sociedade pluralista e democrática, esse não é o melhor caminho a ser seguido. Por essa razão, vimos propor a este douto colegiado a convocação do Senhor Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para que nos preste as devidas e necessárias informações a respeito da proposta de privatização da empresa e de suas subsidiárias, a fim de que, de posse das informações relevantes sobre a matéria, possamos melhor decidir por prestar o nosso apoio e auxílio ao processo, ou tomar as medidas cabíveis, dentro de nossas atribuições, para sustar uma ação que possa vir a prejudicar todo o povo brasileiro.

Sala da Comissão, em 01 de setembro de 2017.

**Deputado JHONATAN DE JESUS**